

Gisele dos Santos Santana

Multiculturalismo e Educação: Uma proposta de Gestão
Multicultural.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2007

Gisele dos Santos Santana

Multiculturalismo e Educação: Uma proposta de Gestão multicultural.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para aprovação na Habilitação de Administração Escolar do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Madalena Guasco Peixoto em co-orientação com a Profa. Dra. Ana Maria Di Grado Hessel.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2007

Gisele dos Santos Santana

Multiculturalismo e Educação: Uma proposta de Gestão Multicultural.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, mulher guerreira que me ensinou a lutar e nunca desistir dos meus ideais.

A todos os meus familiares, dos quais emanam fluídos positivos que amparam meus caminhos nos momentos de dificuldade e felicidade.

À minha querida irmã Martinha que me ensinou que viver é uma arte e o melhor de tudo é não saber o que virá amanhã.

Ao meu querido irmão Jackson, pelos momentos de alegria em que passamos na vila, dos geladinhos que vendemos, as pipas que compramos e empinamos juntos.

À minha primeira professora, Maria Alice, do jardim de infância, que com carinho e sabedoria me ensinou a olhar o outro e respeitar os brinquedos alheios, graças à esta mulher, minha admiração pela educação começou bem cedo.

*À magia de viver
É crescer e florescer.*

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas que, além de me ensinar a pesquisar, me propiciou preciosos momentos de aprendizagem e conhecimento acadêmico.

Aos colegas da PUC/SP, em especial à Deák, amiga irmã e parceira destes longos e saudosos anos de graduação.

À faculdade de Educação e aos meus professores que com maestria e muito “jogo de cintura” conseguiram aprimorar o meu olhar educacional.

Às professoras Yone de Carvalho e Silvana Tótora que, ao trabalharmos juntas, pude perceber o quanto podemos inovar e criar nas práticas pedagógicas.

À mulher que nasceu no dia do professor e que só poderia se tornar uma grande professora. À esta mulher só tenho a agradecer pelo carinho, atenção e paciência: Prof. Dr. Madalena Guasco Peixoto, muito obrigada por ser uma das melhores professoras que já conheci, e por tudo que me ensinou e continuará me ensinando.

A todos(as) os(as)meus (minhas) ex-alunos(as) que me ajudaram a compreender o que é educação e como vencer, apesar de todas as dificuldades. Com vocês também aprendi que o educador nasce antes mesmo de entrar na academia, na construção do dia a dia.

Muito obrigado às turmas do Núcleo de Consciência Negra-USP 2003, Instituto de Ajuda ao Aluno Carente 2004 e 2005, Cursinho de Itaquera e do Foco-Vestibular 2006 e Foco-Vestibular de Barueri da turma de 2007. Atualmente não saberia dizer onde todos se encontram, mas sei que levarei comigo tudo que me ensinaram. Um Yêê galera. Axé.

Ao Bar do Paraty que proporcionou as melhores discussões sobre Educação durante meus anos de graduação.

Gonzaguinha

O Que É, O Que É ?

Eu fico
Com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita...

Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...

Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...

E a vida!
E a vida o que é?
Diga lá, meu irmão
Ela é a batida

Hê! Hô!...

Mas e a vida
Ela é maravilha
Ou é sofrimento?
Ela é alegria
Ou lamento?
O que é? O que é?
Meu irmão...

Há quem fale
Que a vida da gente
É um nada no mundo
É uma gota é um tempo
Que nem dá um segundo...

Há quem fale
Que é um divino
Mistério profundo
É o sopro do criador
Numa atitude repleta de
amor...

Você diz que é luta e prazer
Ele diz que a vida e viver
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é
E o verbo é sofrer...

Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força
da fé
Somos nós que fazemos a
vida
Como der ou puder ou
quiser...

Sempre desejada
Por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte
Só saúde e sorte...

E a pergunta roda
E a cabeça agita
Fico com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita...

Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...

Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...

Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...

SUMÁRIO

PARTE I

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. JUSTIFICATIVA.....	14

PARTE II

3. EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO.....	17
3.1 MULTICULTURALISMO NO BRASIL:QUESTÃO ÉTNICA.....	19
3.2 MULTICULTURALISMOS E MISCIGENAÇÃO.....	25

PARTE III

4. PROPOSTA DE UMA GESTÃO MULTICULTURAL.....	30
4.1 OBJETIVO GERAL.....	30
4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	31
4.3 METODOLOGIA.....	32

PARTE IV

5. RESULTADOS ESPERADOS.....	34
6. CONCLUSÃO.....	35
7. BIBLIOGRAFIA.....	36
8. ANEXOS.....	38

Apresentação

Ao pensar este trabalho, faço um breve relato dos motivos que me levaram a escrever esta pesquisa sobre a situação do negro miscigenado no Brasil. Até os meus vinte e cinco anos de idade, me identificava como morena, às vezes até mulata, mas como negra nunca. Como fruto de miscigenação, fui criada pela família de minha mãe (brancos) como morena e nunca fui tratada como negra. Assim quando resolvi prestar vestibular, optei por um cursinho alternativo bem diferente dos cursinhos comerciais, efetuei matrícula no Núcleo de Consciência Negra-USP, onde os estudantes, em sua maioria, eram negros. Demorei um tempo para me acostumar, pois estava habituada a estudar entre brancos e com costumes bem diferentes dos que ali estavam apresentados.

Diferentemente de como fui acostumada, a minha cor da pele, até aquele momento, não tinha relevância para meus estudos e o primeiro contato com esta diferença se deu através da sala de aula no contato direto com meus colegas, e em palestras denominadas CCN (Ciclo de Consciência Negra) onde eram discutidas as diferenças entre as diversas etnias existentes no Brasil, em particular, a posição do negro nesse processo. Neste momento sofri um conflito interno que persistia em dizer que havia algo errado na minha formação. Este conflito gerava crises de identidade, pois já não tinha aquela segurança que minha família havia me proporcionado. Eu já não sabia qual era a minha cor de pele, modelo de cabelo, tipos de músicas, entre vários outros fatores que já não tinham sentido. Assim, entender melhor minha condição social e as molduras em que fui colocada desde a minha infância passou a fazer parte de um novo processo de desenvolvimento pessoal, social e educacional, ou seja, a formação da minha identidade como mulher negra oriunda da periferia com necessidades e posturas diferentes.

A partir daí passei a participar do Movimento Negro já com uma bagagem de informações obtidas nos CCN, onde com o passar do tempo, já me identificava cada vez mais como mulher negra. Minha primeira experiência pessoal com a discriminação aconteceu em uma Assembléia na qual discutiam projetos de ações afirmativas. E apesar das mudanças de postura adquiridas ao longo do tempo, tive de aceitar a condição de não ter direito a voto, pois para as pessoas que ali estavam, eu não considerada como negra de verdade. Entrei em choque porque não acreditava no que estava acontecendo: eu estava sendo impedida de votar. Depois disso, comecei a questionar o que realmente eu era, uma vez que minha mãe dizia que eu era morena e no

cursinho aprendi que era negra e agora na hora de votar, não era mais. Resolvi que não iria mais contribuir com minhas idéias e conhecimentos durante as reuniões, uma vez que, não podendo votar, qual seria mesmo a minha contribuição? Resolvi estudar e passar no vestibular. Ao entrar na Puc, tomei um outro choque, pois em minha sala só havia quatro mulheres negras, o restante da sala era formado de alunos (as) brancos(as). Esse fato trouxe de volta à minha memória a lembrança de que na maioria das escolas por onde eu havia passado, ainda que fossem públicas, as minhas salas sempre haviam sido assim: quatro ou cinco negros e o restante de brancos e morenos. Assim, com um pouco de cautela, fui me adaptando e fazendo amizades com toda sala sem problemas de discriminação.

Minha pesquisa Multiculturalismo e Educação: Uma proposta de Gestão Multicultural, tem por objetivo tentar entender como se deu esta mistura de raças no Brasil e qual a importância do reconhecimento da identidade miscigenada como parte das políticas de inclusão étnica racial. Ela também busca entender como o gestor pode contribuir para um projeto pedagógico que ajude a escola e o professor a lidar corretamente e de forma abrangente com a questão do multiculturalismo e da inclusão, uma vez que é este último que, em última instância, lida diretamente com o aluno miscigenado (negro e indígena) em sala de aula.

Resumo:

Este trabalho trata da relação entre multiculturalismo e miscigenação no debate educacional brasileiro.

A formação social brasileira foi composta sob a influência de múltiplas culturas e misturas ao longo dos tempos e, apesar disso, a miscigenação vem lutando para sobreviver frente a sua negação efetuada pelos sistemas educacionais implantados no Brasil. A história brasileira nega a sua miscigenação impondo uma única cultura: a Européia trazida pelos Jesuítas, no período de colonização, e a aculturação via instrução formal. Por esse motivo, historicamente no Brasil, o movimento cultural enfrentou discrepâncias de posições nos debates sobre a formação social brasileira e sua miscigenação. Se observarmos o debate social no Brasil encontraremos tendências que negaram a miscigenação biológica e cultural, ou seja, negaram um fenômeno social, econômico, ideológico e político. Problematizar as causas e as conseqüências da imposição de uma cultura branca e européia, no processo educacional brasileiro, é importante no sentido de se elaborar uma consciência cujo objetivo é propor mudanças ou criar mecanismos de correção deste problema.

Da década de 1990 para cá, o ambiente educacional tem se contagiado com um conjunto de idéias designadas multiculturalista que pretende, no Brasil, chamar a atenção para a negação histórica das contribuições da cultura negra e indígena. Todavia, observamos a existência de dois posicionamentos antagônicos sobre multiculturalismo: um que vem se desenvolvendo pela via da negação da formação social miscigenada e outro que se constrói pela visão simplista da somatória de culturas. Analisar essas tendências que atuam nos cenários da educação inclusiva é trabalhar com a questão da inclusão envolvendo o debate teórico sobre o multiculturalismo e ver como este atinge a formação dos professores e a própria escola. O papel do professor neste contexto das discussões multiculturalista e de inclusão social é imprescindível, uma vez que este se desdobra nas relações de trabalho estabelecidas em sala de aula, possibilitando com o aluno e sua identidade cultural um trabalho harmonioso.

Há de se notar que grande parte dos problemas de auto-estima é resultado das distorções causadas pelas questões raciais e sociais visto que ao se defrontar com situações onde sua identidade é questionada este aluno miscigenado tem comportamento diverso em decorrência de sua falta de auto-reconhecimento como negro/índio/branco e, em sua maioria, passando assim a adotar culturas, tradições e costumes diferentes dos das suas origens. Este trabalho tem por objetivo identificar quais as implicações do debate multiculturalista e do processo de miscigenação e seus possíveis desdobramentos na escola.

Palavra Chave: Educação, Multiculturalismo, Formação Continuada e Miscigenação.

PARTE I

INTRODUÇÃO

Durante o processo de formação do sistema educacional brasileiro trazido pelos jesuítas, a educação foi moldada com base na educação européia, ou seja, uma educação elitista e com princípios de formação para a burguesia da sociedade, uma vez que esta tinha como objetivo educar os filhos de colonos portugueses que haviam nascido no Brasil. Esse processo alimentou o processo de negação e exclusão tanto das culturas existentes no território brasileiro antes da chegada da família real ao Brasil, como de outras culturas introduzidas durante o período da colonização, como a dos negros africanos trazidos como escravos.

Assim, até a década de 1980, a educação brasileira tinha como prioridade lidar com a questão da inclusão usando paradigmas próprios dos princípios da igualdade.

Após esse processo, autores de diferentes posições passaram a desenvolver reflexões no âmbito educacional, criticando fundamentalmente a forma como tradicionalmente vinham sendo tratadas as diferenças, na medida em que estas eram sublimadas pelo conceito de igualdade. Esses autores alertavam que, a educação sobre o pressuposto da igualdade e da inclusão sublima as diferenças e, ao fazer isto, acaba por orientar os currículos e os norteamentos escolares com uma concepção branca e eurocentrista de cultura.

Atualmente, apesar de todo o debate desenvolvido na educação após a década de 1980, ainda encontramos a diversidade cultural sendo tratada na escola e nos livros didáticos por meio de celebrações comemorativas e datas alusivas aos índios e negros. O que deveria ser concebido como história do nascimento da identidade de uma nação ainda hoje é considerado como folclore.

Por outro lado, é necessário salientar as conseqüências das relações sociais e culturais dentro do processo educacional brasileiro, tendo em vista as diferenças encontradas pela população oriunda de miscigenação? Quais os resultados frente às influências e modificações vividas por esta miscigenação, tendo em vista o processo de aniquilação de sua cultura, tradições e costume?

Portanto, em consideração aos questionamentos apontados, acreditamos na necessidade de se pesquisar e se documentar as diversas experiências vividas por esse segmento da população, comparando-as com as análises acadêmicas. Essa pesquisa de documentação objetiva contribuir para a construção de uma proposta de Gestão Multicultural, visando auxiliar aos gestores no processo de formação de professores conscientes da importância da inclusão dessa diversidade na sala de aula.

1. JUSTIFICATIVA

Ao analisar o processo educacional brasileiro através das diferenças sociais e educacionais deparamo-nos com uma diversidade de culturas que permeia deste o ensino básico até a universidade. Essa diversidade é resultado de um processo de miscigenação que durante séculos vem tentando sobreviver aos sistemas educacionais implantados.

Em decorrência da imposição de outras culturas como a européia à educação brasileira, uma vez que, ao ingressar na escola, os nossos alunos são apresentados a outros modos de pensar, agir, vestir, falar, os professores passam a ensinar culturas diferentes das conhecidas por esta população e desta forma quase que instantaneamente acabam afastando-a de suas origens, tradições e costumes.

Problemas como a necessidade de implantação de projetos de inclusão educacional e social, resgate da cidadania, bem como da auto-estima, políticas públicas entre outros, são comuns entre essa população e têm como função amenizar as diferenças, uma vez que esta população também é oriunda de escolas públicas e, em sua maioria, é negra ou indígena. Esses problemas acompanham essa população desde os primeiros anos da sua vida escolar chegando à sua formação acadêmica e profissional.

Ao proporcionar a formação contínua dos professores, visando mantê-los atualizados no âmbito geral e global da educação, e trabalhando com as diferentes e complexas competências que cabe ao educador dentro e fora da sala de aula. Ao estabelecer uma relação cordial entre professores, alunos e pais, podemos discutir as heranças culturais passadas de geração para geração e, assim, lidar com a diversidade cultural e étnica da comunidade, trabalhando com a interdisciplinaridade educacional.

Na década de 1990, o governo nos apresentou, como uma das formas de políticas públicas, a progressão continuada. Essa progressão continuada universaliza o acesso a um ensino fundamental de baixa qualidade, o qual não oferece garantias de ensino complementar para a formação do aluno. Em outras palavras, ela promove a inclusão de estratos até então excluídos, mas não apresenta condições estruturais para a formação e valorização dos docentes, garantindo uma educação de qualidade, democrática e inclusiva para os alunos oriundos de escola pública. Essas políticas que tiveram sua consagração na Lei de Diretrizes de Base-*LDB*, e nos Parâmetros

Curriculares Nacionais-PCN, ainda carecem de medidas concretas para a garantia do direito à uma educação pública de qualidade para todos.

Assim é apresentado um aglomerado de políticas públicas para o aumento de vagas, demonstrando uma concepção de práticas educacionais organizadas de maneira bastante verticalizada: as instituições de ensino recebem menos verbas e há um aumento significativo na demanda social. Com isso podemos perceber claramente a falta de comunicação entre os atores do cotidiano destas instituições (professores, alunos, comunidade e gestores) e os criadores destas políticas públicas, as quais são aplicadas fazendo com que enfrentem uma grande resistência social e não apresentem a intenção de democratizar as relações entre seus atores de forma a contribuir para a melhoria do ensino.

A realidade educacional apresenta diversos problemas e distorções que se acumulam ao longo dos anos. Descontentes com isso, os movimentos sociais reivindicam melhorias no sistema educacional. O Movimento Negro, por sua vez, descontente com o descaso com que o negro é tratado historicamente no Brasil, cria a proposta de uma lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o objetivo de mostrar a real importância do negro enquanto membro desta sociedade brasileira. Desse movimento, surge a Lei 10.639, com o objetivo de diminuir as diferenças sociais, educacionais e culturais que o negro enfrenta no seu dia-a-dia. Críticas à parte, essa lei foi aprovada, mas sua implementação vem sendo estruturada gradativamente, visto que ainda está faltando uma formação específica para que os gestores (Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores) possam implementá-las. Esses gestores precisam adquirir conhecimentos históricos e se familiarizarem com propostas de trabalhos pedagógicos. Assim, apesar da luta por parte do Movimento Negro e dos afrodescendentes, a implementação desta lei ainda caminha a passos lentos em decorrência da falta de conhecimento histórico e pela falta de formação de gestores e professores.

Diante desses processos, desde a base – dos movimentos negros e indígenas até as políticas públicas criadas pelos governos para amenizar as diferenças culturais, sociais e educacionais – ainda persistem as resistências à continuidade de propostas que de fato beneficiem essas populações dando-lhes igualdade de inclusão nos diversos setores da nossa sociedade.

Portanto, devemos voltar às bases, como no processo de alfabetização de uma criança, para que, de maneira justa e solidificada, os professores possam fazer um resgate dessas experiências e a troca das mesmas com o mundo acadêmico, dando assim, subsídios sólidos que possam auxiliar nas pesquisas de como lidar com as diferenças, bem como elaborar e implementar políticas públicas para estas populações, em particular a todos os modos de discriminação encontrados na sociedade.

PARTE II

2. EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO

Autores adeptos da idéia de um novo período pós-moderno como reveladores das diferenças passaram a elaborar toda uma gama de reflexões, as quais denunciavam que a negação das diferenças por meio do princípio da igualdade levou a uma hegemonização cultural própria da modernidade. Uma hegemonização branca e européia. Estes autores influenciaram vários campos do conhecimento, inclusive o educacional.

Na educação passaram a contestar a forma como a diversidade cultural estava sendo abordada na escola, compondo assim, uma corrente na educação que se convencionou chamar de multicultural.

A corrente denominada multicultural não se constituiu de forma homogênea. Dentro dela encontram-se diversas matizes representadas por autores basilares, conforme aponta HALL (2006):

“Assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há “multiculturalismo” bastante diversos. O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldberg, 1994) ao insistir na assimilação da diferença as tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao mainstream, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado. O multiculturalismo pluralista, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O

multiculturalismo crítico ou “revolucionário” enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (McLaren, 1997). Procura ser “insurgente, polivocal, heteroglossa e anti-fundacional. (GOLDBERG, 1994) (p. 51)”.

HALL (2006) ainda explicita que o multiculturalismo tem sido utilizado como maneira de revelar um problema social que ocorre em formações sociais específicas nas quais, na sua constituição, convivem comunidades distintas entre si. Este multiculturalismo, diz o autor, é qualitativo e também substantivo:

“Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. (...) Na verdade o multiculturalismo não é uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado. Não é uma forma disfarçada de endossar algum estado ideal ou utópico. (...)” (p.50).

Após nos depararmos com diversas correntes, destacamos o multiculturalismo crítico que, ao questionar as diferenças na sua formação social, econômica e educacional, critica a exclusão social e política diante dos privilégios de algumas hierarquias existentes na nossa sociedade.

Esse multiculturalismo se apóia, segundo seus autores, nos movimentos de resistência e de rebelião dos dominados. Podemos observar esta visão multiculturalista por meio da leitura dos escritos de Peter McLaren (1997), nos quais ele destaca que o multiculturalismo crítico tem um papel fundamental na construção das políticas educacionais, abrindo, assim, um campo de pesquisa e discussão para educadores e pensadores avaliarem seus posicionamentos no cotidiano escolar.

Assim, o multiculturalismo crítico nos ensina a reconhecer as diferenças existentes em cada indivíduo ou grupo e nos coloca diante da igualdade de direitos. Considerando que convivemos em uma sociedade democrática, a aceitação dessas diferenças compõe sua totalidade heterogênea, estabelecendo sob esta base uma orientação educacional, tendo em vista que o processo de dominação e a formação do aluno “moldado” começa na educação infantil, continuando no ensino superior e seguindo até a sua formação profissional. O multiculturalismo crítico aponta para a educação uma orientação crítica, mostrando aos educadores a necessidade de atuarem conscientes de que a negação das diferenças com o intuito de impor uma única cultura está enraizada no cotidiano da nossa sociedade.

2.1. Multiculturalismo no Brasil – questão étnica.

A luta pelo reconhecimento da contribuição cultural de negros e índios para o desenvolvimento de nossa cultura e história vem se desenvolvendo por meio da luta de movimentos sociais que reivindicam a preservação cultural, étnica e, também, o reconhecimento da contribuição das diferentes etnias na constituição da nossa formação social e educacional.

A discussão étnica racial tomou um vulto diferenciado no Brasil a partir da década de 1980, período no qual se passaram a produzir vários trabalhos que abordam o tema e orientam os movimentos sociais na luta por políticas públicas de inclusão cultural e social.

Essa literatura em geral, parte do pressuposto de que, na educação brasileira, a influência da cultura branca foi sempre predominante e a diversidade é vista apenas como coadjuvante nos processos históricos.

Conforme citado acima, Peter McLaren (1997) apresenta essa literatura focando suas análises no papel dos professores como peças principais, tanto de mudanças como de manutenção do estado de coisas, na medida em que cabe a eles o papel de multiplicar conhecimentos. A falta de uma abordagem multicultural na formação dos professores tem feito com que estes profissionais acabem reproduzindo uma ideologia educacional eurocentrista.

Na história brasileira, questões como inclusão social e cultural, passam a fazer parte do cenário educacional com maior ênfase no início das discussões por políticas públicas e diversidade cultural. A apresentação da sociedade como igualitária e justa possibilitou, como consequência, uma falsa democracia que foi amenizando as diferenças pela crença em uma igualdade que nunca existiu. Assim, surgem, no final da década de 1970 e início de 1980, as reivindicações do Movimento Negro por políticas públicas, bem como denúncias de racismo, e intervenções no sistema escolar.

Em nosso país a questão do acesso à escola e a democratização da educação foram tema de debates e deliberações em épocas nas quais democratização, acesso e o debate sobre o conteúdo da formação apareceram com força. Essas épocas de liberdades democráticas, em nossa história de mais de 500 anos, foram poucas e o período atual está se constituindo no mais longo período de liberdades democráticas que a história do nosso país já conheceu. Esta particularidade de nossa história obviamente interfere na nossa maneira de entender a questão das igualdades/desigualdades e outras questões tais como o papel da política, da liberdade, da democracia e também o papel da educação.

Mais recentemente, a constituição brasileira, promulgada em 1988, e as leis da educação nacional como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB procuram refletir e orientar os princípios democráticos e de inclusão. No tocante à LDB, tratam-se dos princípios da democracia e inclusão que devem estar presentes em todo o sistema educacional brasileiro.

Os debates sobre os conteúdos de formação culminaram-se na elaboração e aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, cujo objetivo fundamental é o de estabelecer parâmetros nacionais para a elaboração dos currículos de formação das escolas.

Ao analisarmos o texto dos PCN do Ensino Médio (2002), percebemos que, em meio a diversas orientações, destaca-se uma sobre a Política da Igualdade que aponta para a seguinte direção:

“A política de igualdade incorpora a igualdade formal, conquista do período de constituição dos grandes Estados Nacionais. Seu ponto de partida é o reconhecimento dos direitos humanos e o exercício dos direitos e deveres da cidadania, como fundamento da preparação do educando para a vida civil. (...) Para essa sociedade, a política da

igualdade vai se expressar também na busca da equidade no acesso a educação, ao emprego, a saúde, ao meio ambiente saudável e a outros benefícios sociais, e no combate a todas as formas de preconceito e discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura, condição econômica, aparência ou condição física. (...) A política da igualdade deverá fortalecer uma forma contemporânea de lidar com o público e o privado. (...) Um dos fundamentos desta política é a estética da sensibilidade. É desta que lança mão quando denuncia os estereótipos que alimentam as discriminações e quando, reconhecendo a diversidade, afirma que oportunidades iguais são necessárias, mas não suficientes, para oportunizar tratamento diferenciado visando a promover igualdade entre desiguais.” (p. 76-77).

Observamos pela citação acima que os Parâmetros Nacionais do Ensino Médio trabalham com os princípios da igualdade de oportunidades e da não discriminação, e trazem ao debate o que designam como sendo a “estética da sensibilidade”, a qual reconhece a diversidade sem, no entanto fortalecer os estereótipos responsáveis pela discriminação.

Segundo essa concepção, as diferenças devem ser reconhecidas, porém, no processo, negadas pelo princípio da inclusão e da igualdade.

A denominada estética da sensibilidade apresenta-se muito limitada para poder dar conta das complexas questões que envolvem as diversidades étnicas e culturais no nosso país. Nesse sentido, ela vem sendo considerada pelos movimentos sociais, principalmente pelos Movimentos Negro e indígena, como material insuficiente para a orientação de uma nova prática educacional. Frente a essa realidade, as diversas correntes do Movimento Negro atuaram e atuam no sentido de promover no campo educacional, principalmente na formação dos professores, ações efetivas para a elaboração de medidas que culminem em políticas públicas que objetivem preparar os profissionais da educação para uma prática não racista, e de respeito étnico, cultural.

A Lei 10.639/2003 surge por fortes pressões dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro que em sua luta por direitos iguais elegeu a escola como espaço de luta de inserção do negro e do índio como membros atuantes na sociedade e desde sua formação, tem contribuindo de maneira significativa para a problemática.

Diante dessas demandas, o *MEC* – Ministério da Educação e Cultura, através do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, passou a adotar um conjunto de ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania no sistema educacional brasileiro. Essas ações partem do diagnóstico de que o Brasil, ao longo de sua história, adotou modelos de desenvolvimento excludentes, os quais impediram milhões de brasileiros de terem acesso à escola ou permanecerem nesta.

A criação de um órgão como o *SECAD* – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade representa uma medida cuja finalidade é o enfrentamento da injustiça no sistema educacional brasileiro. A partir deste movimento, o desafio seguinte foi à formulação de políticas públicas que garantissem o processo de implantação e manutenção desses direitos. Dentre estas medidas destaca-se a Lei nº. 10.639/03, promulgada em 09 de janeiro de 2003 pela Presidência da República, Casa Civil e a Subchefia para Assuntos Jurídicos, a qual inclui na LDB a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. A referida Lei diz o seguinte:

“Mensagem de Veto

Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e da outras Providências. (...)

“Art. 26-ª Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil (...).

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.” (p. 35).

Apesar da existência da lei, a sua implementação de fato ainda esta por ser resolvida. É visível a falta de informação dos professores e até dos meios acadêmicos sobre a importância e implicações de sua implementação. A inclusão de um conteúdo programático como o proposto por essa Lei, tanto no que refere à formação de professores, como no que refere ao cotidiano escolar, tem como objetivo não somente de colocar um conteúdo a mais na formação, mas, fundamentalmente, de reconhecer que nossa cultura e a nossa formação social é complexa e multicultural e, dessa forma, combater, por meio da inclusão deste conteúdo, o racismo e a discriminação.

Os teóricos da educação se preocupam com o diagnóstico da existência de uma distância muito grande entre o debate instituído sobre inclusão étnico-cultural e a prática cotidiana dos professores, os quais precisam enfrentar e trabalhar nas salas de aula, cotidianamente com o preconceito e a discriminação.

Oliveira (2005), preocupada com essa questão, aborda a idéia do resgate da identidade étnica na ação educacional. Diz ela: *“São freqüentes as perguntas de educadores sobre como lidar com as questões relacionadas aos preconceitos (...)”* (p.91).

Percebe-se claramente, conclui a autora, que enfrentar o preconceito no dia-a-dia escolar ainda é um problema comum na escola. Os personagens deste processo sofrem com as “chacotas” dos colegas de sala e a professora, em contrapartida, não sabe como lidar com o problema. As perguntas em pauta em todo sistema escolar são: como lidar com os preconceitos e em, particular, o racial? Como trabalhar a identidade da criança se os professores, muitas vezes, não tem noção deste conceito? Lidar com essas questões complexas exige professores bem preparados. Não basta que se tenha boa vontade e uma participação conjunta que vise a uma ação construtiva, é necessário que se tenha empenho em prol de uma mudança educacional e social.

Corrêa (2006), preocupado com as políticas públicas que orientaram e ainda orientam a compreensão da inclusão indígena, levanta dúvidas sobre a atuação do Estado na percepção do índio como indivíduo na sociedade brasileira e aponta:

“A centralização do Estado provoca (...) uma mudança na percepção do índio, que passa a ser visto como cidadão. Em uma sociedade que se encaminhava para o progresso era importante civilizar os selvagens, fazê-los participar da vida política da nação. (...) O Estado continua a ter o mesmo cuidado que tiveram os jesuítas, com a eliminação daquilo que não reconhece regras, (...) Estrangeiros, índios, brasileiros, todos agora nacionalizados, educados. (...) Livres para escolher entre a cela privada ou ‘pública’, cada um seguindo suas históricas condições sócio-econômica (...) regime de governabilidade do Estado Novo.” (p.67).

O índio somente passou a ser considerado parte da sociedade no Estado Novo. Esse reconhecimento veio tardiamente na nossa história, já que essa população é nativa e sempre esteve presentes na sociedade brasileira.

Apesar das iniciativas de incluir também a contribuição indígena na nossa formação social, observa-se que na escola a situação do índio não se alterou. Neste ambiente, o índio ainda é visto como primitivo, aparecendo de penacho na cabeça e arco e flecha nas mãos, ou seja, sua imagem continua sendo estereotipada. PREZIA (2003) demonstra através de sua pesquisa sobre a imagem do índio no século XX e XXI, que nada mudou, pois a imagem do índio continua estereotipada na sociedade e na escola, em parte pela influência dos meios de comunicação, em parte pela falta de conhecimento dos professores.

“(...) Por ai se vê que o que falta é a preparação de professores que poderão mudar a maneira de se ver a questão indígena na sala de aula (...) enquanto não se investir mais na formação de professores, na mudança de material didático e nos programas infantis de televisão continuaremos tendo uma geração desinformada e preconceituosa.” (p.10).

Com isso, podemos afirmar que o professor bem formado e realmente interessado nas mudanças sociais do nosso país pode fazer a diferença na educação brasileira. Esse profissional pode passar para os alunos de hoje o que aconteceu no passado, abordando com historicidade todo o processo de formação da identidade brasileira, com suas diferentes contribuições étnicas.

Até a década de 1980, era possível dizer que o tipo de material que trabalhava a questão dos negros e índios era escasso, pois realmente não havia material suficiente para que os professores trabalhassem a questão. Atualmente, no entanto, já não faz mais sentido usar esse tipo de argumentação. É possível se encontrar com facilidade um grande número de materiais, nas escolas, livrarias etc. Vale lembrar que trabalhar de forma justa com todos os alunos requer estudo, dedicação e uma visão ampla da sociedade. É necessário sair do “formalismo escolar” presente no sistema escolar brasileiro.

2.2. Multiculturalismo e Miscigenação

Terminamos este trabalho abordando uma terceira e última questão, a qual é muito pouco debatida tanto pelas correntes do multiculturalismo, como pelos teóricos e sujeitos que atuam nos movimentos sociais. Esses movimentos sociais, de várias formas e por meio de vários conteúdos, reivindicam da educação uma postura mais inclusiva e não discriminatória e exigem o respeito à herança cultural e à contribuição histórica para a formação brasileira dos negros e índios.

Percebemos que não existe na literatura algo que relacione, no caso brasileiro, as contribuições do multiculturalismo e a questão miscigenação.

Se é verdade que na história do Brasil construímos uma formação social sob influência de múltiplas culturas e de suas misturas ao longo dos tempos, por que é difícil encontrarmos uma abordagem democrática e progressista sobre este fato incontestável? Da mesma forma como os autores evidenciam uma negação da contribuição dos negros e índios à cultura brasileira, da mesma forma que encontramos todo um discurso teórico em favor do resgate da identidade negra e indígena, por que não encontramos nesta mesma literatura o destaque da identidade de muitos brasileiros que possuem influências étnicas múltiplas? e por que não encontramos nas abordagens multiculturais quaisquer alusões ao fato de que nossa cultura não é só negra, não é só índia e também não é só branca e européia, apesar de ser tudo isso? Se por um lado diagnosticamos

negação da contribuição negra e indígena, também podemos diagnosticar que a miscigenação cultural e étnica existente na formação brasileira vem também lutando para sobreviver frente à negação de sua identidade efetuada pelos sistemas educacionais implantados no Brasil.

A história brasileira negou a miscigenação impondo uma única cultura, a Européia trazida pelos Jesuítas no período de colonização e de aculturação via instrução formal. Por este motivo, historicamente no Brasil, o movimento cultural enfrentou discrepâncias de posições nos debates sobre a formação social brasileira e sua miscigenação.

A proposta que trago para reflexão neste trabalho é a de que, se por um lado a forma conservadora e reacionária de correntes educacionais e sociais instituíram no passado a negação da cultura negra e indígena na formação da sociedade brasileira, por outro, há hoje, diante da necessidade de afirmação da contribuição destas culturas, uma negação de enfrentar o debate sobre o processo de miscigenação que ocorreu durante a nossa formação como Estado e sociedade.

Historicamente a miscigenação foi encarada como um processo natural no qual, pejorativamente, eram chamados de “bonitinhos” os mulatos, caboclos e cafuzos. Autores como FREIRE (1998) citam a beleza da cor da pele negra e suas diferenças .

Atualmente esse caráter do processo da nossa formação é considerado pelos movimentos sociais, em especial por algumas correntes que atuam no Movimento Negro, como um tema de um debate cujo objetivo é a verificação da tentativa de enfraquecimento das lutas da população negra e indígena pela igualdade de direitos.

Em alguns momentos da nossa história a questão étnica racial foi debatida. Um desses momentos foi o movimento da Abolição da Escravatura, em 1888 onde apareceram as primeiras formulações teóricas como, por exemplo, a elaborada pelo cientista brasileiro Nina Rodrigues citado no artigo do BUONICORE (2005), que dizia:

“A igualdade é falsa (...).’Os arianos deveriam cumprir a missão de não permitir que as massas de negros e mestiços possam interferir nos destinos do país’. ‘A civilização ariana esta representada no Brasil por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defendê-la (...) (dos) atos anti-sociais das raças inferiores, sejam estes verdadeiros crimes no conceito destas raças, sejam ao contrário, manifestações do

conflito, da luta pela existência entre a civilização superior da raça branca e os esboços das civilizações das raças conquistadas ou submetidas”. (p 07)

O autor considerava o negro e o mestiço como raças inferiores e propunha um embranquecimento de novas culturas.

No artigo de BUONICORE (2005), podemos perceber que o debate sobre o problema de negros, brancos, índios e mestiços já vem de longa data. A controvérsia evidenciada pelo autor é de que Nina Rodrigues mantinha posicionamentos racistas apesar de ser também um mestiço. Ele diz:

“Talvez nunca antes ninguém alguém tenha defendido com tanta ênfase a repressão aberta e o controle social contra as camadas populares, (...) A grande ironia era que o fenótipo de Nina Rodrigues não conseguia esconder sua descendência africana,(...) sua condição de mestiço.” (p.2)

Será que podemos dizer que este tipo de reação aos negros, índios e mestiços ficou no passado? Infelizmente este tipo de discriminação não ficou no passado em nossa sociedade, ela está presente de várias formas e em vários contextos.

Por outro lado, cabe também a formulação de uma outra questão: será que estamos enfrentando de forma correta e abrangente as questões sobre as influências étnicas no Brasil, ou estamos simplesmente mascarando estas questões ao colocar em pleno século XXI o foco na produção de leis de ações afirmativas no âmbito das políticas públicas?

No passado e ainda na atualidade, por razões antagônicas, a questão da miscigenação biológica e cultural vem sendo negada. Em nosso país, mesmo dentro de um intenso e importante debate sobre o multiculturalismo, a questão da miscigenação biológica e cultural não vem sendo abordada como um importante fenômeno social, econômico, ideológico e político.

Ao problematizar as causas e as conseqüências da imposição de uma cultura branca e européia e ao resgatar a contribuição dos negros e índios no processo cultural, social, educacional e político brasileiro não estamos, ainda, dando conta de toda problemática e nem, ao mesmo tempo, avaliando de forma abrangente como propor mudanças ou criar mecanismos para a correção desse problema.

Da década de 1990 para cá, o ambiente educacional tem se contagiado com um conjunto de idéias designadas multiculturalista que pretende, no Brasil, chamar atenção para a negação histórica das contribuições da cultura negra e indígena na formação social brasileira.

Todavia, observamos a existência de dois posicionamentos antagônicos sobre multiculturalismo: uma tendência que vem se desenvolvendo pela via da negação da formação social miscigenada que é típica da formação social brasileira e outra que se desenvolve pela visão simplista da somatória de culturas.

Essas são questões que permeiam atualmente o cenário da educação inclusiva. È Neste contexto que se encontra o debate sobre o papel do professor nas abordagens educacionais multiculturalistas e de inclusão social e cultural.

Enfrentar este debate teórico nos parece de fundamental importância, uma vez que um posicionamento correto do professor ao abordar as questões sobre o multiculturalismo se desdobra nas relações estabelecidas em sala de aula, possibilitando ou atrapalhando um trabalho harmonioso entre professor e aluno.

Grande parte dos problemas de auto-estima são resultado das distorções causadas pelas questões raciais e sociais que atingem negros , indígenas e também miscigenados.

Alunos são expostos a situações nas quais sua identidade é questionada e recebem orientações valorativas na escola sobre o que é ter um comportamento adequado para a sociedade na qual esta inserido. A escola que inevitavelmente faz isso precisa ter consciência da diversidade cultural e étnica de nossa sociedade . Uma escola consciente respeita e observa os direitos dos seus alunos. Uma escola e um professor que não têm consciência do direito ao respeito às identidades perpetuam a exclusão e a discriminação.

Em parte, o comportamento de discriminação na nossa sociedade se deve à falta de conhecimento básico de suas raízes históricas definidas pelos negros, índios e brancos provenientes de várias culturas.

A adoção de culturas, tradições e costumes diferentes das de origem, geralmente culturas brancas e americanizadas – fenômenos da globalização atual, é uma imposição de uma aculturação que inferioriza a rica cultura local.

Devido aos fenômenos da sociedade de consumo globalizada implantados hoje no Brasil, bem como em grande parte do mundo, a aculturação dos jovens vem sendo determinada não mais por uma cultura branca e européia, mas pela cultura e costumes dos americanos, não somente a cultura branca dos americanos, mas também por movimentos culturais negros dos Estados Unidos da América.

No Brasil, o multiculturalismo precisa enfrentar não só o debate sobre as novas formas de aculturação como também resgatar para as crianças e jovens brasileiros a riqueza das contribuições culturais da nossa formação social. É preciso considerar a contribuição dos negros, indígenas e europeus que, de forma específica, fundaram no nosso país uma aculturação riquíssima e original.

Não se pode, sob qualquer pretexto, simplificar a complexidade de nossa formação social e esta simplificação está presente não só nas abordagens eurocentristas, mas também nas abordagens dos movimentos pela afirmação étnico-racial dos negros e indígenas.

Essas abordagens possuem forte tendência de simplificação no trato das questões culturais no Brasil. Negam-se a ver a complexidade cultural como se esta representasse uma ameaça à afirmação e inclusão dos negros e indígenas. É claro que esta atitude tem explicação histórica, uma vez que em nosso país as questões culturais e da miscigenação sempre tiveram conotações reacionárias e racistas.

Concluindo, observa-se que existem dois processos antagônicos sobre as questões étnico-culturais no processo educacional brasileiro: por um lado, a cobrança dos direitos tanto dos negros quanto dos indígenas, tendo em vista a negação que lhes foi imposta durante séculos, por outro lado, uma resistência velada de entender que a formação social brasileira é complexa e multideterminada.

Os movimentos reagem a qualquer apelo feito nesse sentido em decorrência da temeridade da perda de seus direitos, gerando no campo do debate multicultural um conflito desnecessário entre o respeito ao outro e a necessidade de inclusão cultural, social e econômica.

Desde a década de 1980, o multiculturalismo vem nos dando importantes subsídios para lidar com o processo de reestruturação educacional brasileiro, exigindo o reconhecimento das questões étnico-culturais no Brasil. No entanto, o desenvolvimento dessa corrente e de sua contribuição efetiva no Brasil exigem maior aprofundamento

sobre a diversidade cultural e a complexidade de nossa formação social. Este aprofundamento, ao invés de trazer riscos ou ameaças, potencializará a ação consciente dos educadores brasileiros no combate ao racismo e à discriminação.

PARTE III

3. PROPOSTA DE UMA GESTÃO MULTICULTURAL

3.1. Objetivos gerais:

- Oferecer subsídios aos Gestores (diretores, coordenadores-pedagógicos e professores) de escolas públicas para que possam repensar as práticas de ensino e os conteúdos, metodologias e estratégias utilizadas, visando à implantação de discussão das questões étnico-raciais nos âmbitos da democratização das diferentes culturas dando ênfase naquelas oriundas das populações negras e indígenas.
- Trabalhar na formação continuada de professores visando uma melhor preparação para lidar com a diversidade étnico-cultural dentro e fora da sala de aula, desenvolvendo um resgate da auto-estima dos alunos para que estes se tornem cidadãos críticos, autônomos e participativos na comunidade.
- Elaborar um projeto político-pedagógico multicultural, que não altere os conhecimentos exigidos pela lei, mas que envolva todas as ações da escola, incluindo a participação da comunidade. Cabe ressaltar que é papel do administrador escolar, como principal educador do sistema, trabalhar junto com a comunidade escolar para a criação do Projeto Político Pedagógico Multicultural (PPPM).
- Implantar os Ciclos de Discussão Cultural (CDC) para a toda a comunidade, com temas que abordem sua realidade, incentivando a leitura de livros, jornais e revistas e proporcionando um maior envolvimento entre escola e comunidade.
- Propiciar um trabalho efetivo da Lei 10.639/03 no currículo escolar, trabalhando a diversidade cultural por meio da interdisciplinaridade e a produção de conhecimento provocando, assim, uma ressonância do tema principal das culturas afrodescendente e indígena nos temas abordados pelas diferentes disciplinas tratadas em sala de aula.

3.2. Objetivos específicos:

- Desenvolver a liberdade de discussão em palestras, seminários, congressos, entre outros, com o objetivo de trocar conhecimentos que possam ser utilizados em sala de aula .
- Promover diversidade multicultural pela ação de pesquisas desenvolvidas da interação entre a escola e a comunidade. Este trabalho deve contar com a participação de alunos, professores, pais e membros da sociedade na qual a escola está inserida.
- Combater práticas de discriminações de gênero e de racismo, fornecendo e resgatando conhecimentos históricos obtidos através das experiências vividas pela comunidade. Promover eventos interculturais e interdisciplinares para a sensibilização de todos os envolvidos nas ações afirmativas e de inclusão educacional, social e cultural.
- Elaborar proposta de oficina multicultural com frequência bimestral para toda a comunidade, tendo como princípio a inserção desta na escola.
- Refletir sobre os temas relacionados ao racismo e à valorização étnico-racial por meio do contato constante entre pessoas de diferentes etnias.

3.3. Metodologia:

- Serão utilizados materiais que abordem temas sobre multiculturalismo e a história da sociedade brasileira como, por exemplo, livros, revistas, filmes, documentários, artes cênicas, entre outros, que possibilitem a todos um trabalho de pesquisa, dentro e fora do espaço escolar, entre professores e alunos.
- O Coordenador pedagógico deverá fazer reuniões quinzenais com todos os professores para auxiliar no andamento dos trabalhos didáticos e na escolha de recursos pedagógicos para os trabalhos realizados na escola e, além disso, deverá se programar para fazer atendimentos diários, tanto para alunos como para professores, mantendo, assim, um canal de comunicação com todos da escola.
- O Gestor deverá receber relatórios de cada reunião pedagógica para manter em registro de tudo o que acontece na escola e deverá fazer reuniões mensais com todos os funcionários da escola e membros da comunidade, bem como, uma reunião específica só com o coordenador pedagógico e os professores, lembrando que estes também devem participar dos CDC e das rodas de conversas realizadas semanalmente.
- O Gestor deverá no final de cada semestre fazer uma reunião de prestação de contas para toda comunidade, mostrando, assim, a lisura e a transparência do seu trabalho.
- Deverão ser realizadas reuniões de professores semanalmente para as rodas de conversa e trocas de experiências, dentro e fora da sala de aula, promovendo a socialização de materiais como livros, revistas, filmes, documentários, entre outros, utilizados durante as aulas e para discussão sobre as matérias que foram publicadas durante a semana nos principais jornais sobre educação; todo o corpo docente deve se manter atento aos acontecimentos, para a elaboração de artigos sobre educação para os jornais do bairro. Observa-se que cada professor

deve se programar para utilizar suas duas horas de preparo referente às experiências e aos conhecimentos a serem trocados.

- Serão elaboradas propostas de seminários e palestras mensais para os Ciclos de Discussões Culturais (CDC) para a comunidade com temas que abordem a realidade desta, visando melhor contribuir para a Cidadania, o incentivo, a pesquisa e leitura e a sistematização das informações entre os envolvidos (escola e comunidade).
- Serão implementadas oficinas na escola como, por exemplo, oficinas de leitura, aulas de danças brasileiras, aulas de percussão, oficinas de contadores de estória, lendas e mitos, aulas de expressão corporal e teatros entre outros, com apresentações culturais para a comunidade a cada bimestre. Desta forma, a comunidade estará dentro da escola. Com isso o aluno passará a ter uma formação mais completa, tornando-se um cidadão crítico e multiplicador numa sociedade em movimento.

PARTE IV

4. RESULTADOS ESPERADOS

- Ampliação dos conhecimentos adquiridos na troca de experiências acadêmicas com a comunidade e seus representantes.
- Sensibilização dos agentes como multiplicadores da democratização da diversidade cultural, social e educacional.
- Estimulação da realização de uma maior integração dos Gestores (diretores, coordenadores-pedagógicos e professores) alunos e a comunidade.
- Estimulação do diálogo multicultural para a construção de uma rede pública de ensino com a capacidade de inovar através de materiais pedagógicos e didáticos de inclusão social, cultural e educacional.
- Criação de novas práticas curriculares, com base na Lei 10.639/03, visando à adequação da escola pública de ensino fundamental à realidade intercultural.
- Elaboração de Ciclos de Discussões Culturais (CDC) de qualidade para toda a comunidade, os quais culminem na elaboração de materiais como, por exemplo, cartazes, jornal, artigos etc., com o tema trabalhado.
- Apresentação das oficinas a cada bimestre, para a comunidade tornando assim uma prática de trabalho cultural.
- Combate às práticas de homofobia e racismo com vista a trabalhar todos e quaisquer tipos de pré-conceitos presentes na comunidade.
- Estabelecimento de uma prática inclusiva das demandas da escola e manutenção do diálogo tanto com os professores como também com os alunos e membros da comunidade.
- Estabelecer práticas de Gestão Democrática de trabalho desenvolvendo semanalmente os CDC, mantendo assim os agentes deste processo próximo de todos na escola e na comunidade.

CONCLUSÃO

Ao desenvolver este trabalho com a participação de todos da comunidade escolar e membros da sociedade, podemos ampliar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos professores e a cidadania, bem como um resgate cultural, proporcionando ao aluno uma formação menos fragmentada que vise à formação de um cidadão autônomo, crítico e participativo frente à sociedade em que estiver inserido. Acreditamos que, ao desenvolver o sistema de integração das mais diversas classes sociais e culturais proposto estamos promovendo a inclusão social, educacional e cultural como função de uma sociedade comprometida com a educação e a cultura de seus povos.

“A tarefa fundamental do Educador e da Educadora é uma tarefa libertadora. Não é para encorajar os objetivos do Educador e as aspirações e os sonhos a serem reproduzidos no Educador, nos alunos, mas para originar a possibilidade de que os estudantes se tornem donos de sua própria história. É assim que eu entendo a necessidade instrutiva e assumir a postura ética de uma Educação que acredita verdadeiramente na autonomia total, liberdade e desenvolvimento daqueles que ele ou ela possa educar. A Pedagogia dos sonhos possíveis é a arte de tornar possível o impossível”.

Paulo Freire

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUONICORE, Augusto: *Racismo e Ciência no Brasil*. Revista Diário Vermelho São Paulo, 27/04/2005.

BRASIL. *Educação anti-racista: Caminho aberto pela lei Federal 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnicas Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CASTELLS, Manuel.; FLECHA, Ramón.; FREIRE, Paulo.; GIROUX, Henry.; MACEDO, Donaldo.; WILLIS, Paul. *Novas Perspectivas Críticas em Educação*. (CIDADE:) Artes Médicas, 1996.

CAVALEIRO, Eliane: *Racismo e anti-racismo na educação – repensando a nossa escola*. São Paulo: Summus; Selo Negro, 2001..

CORREIA, Guilherme: *Educação Comunicação e Anarquia*. São Paulo: Cortez, 2006.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FORQUIN, Claude Jean. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da Família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HALL, Stuart. *Da Diáspora, Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LYORTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Gradiva, 1989. Traduzido do Francês para o Português.

- MACLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clio, o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- OLIVEIRA, Rachel. *Tramas da Cor, enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- PARO, H. Victor. *Administração Escolar: Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PREZIA, Benedito. *Educação: O retrato ainda caótico do indígena no Brasil*. Brasília: Artigo no Jornal Porantim outubro de 2003.
- ROMÃO, Jeruse. *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- RUY, Carlos José; FRANÇA, Edson; VIEIRA, Julião Manoel (orgs.). *Um olhar negro sobre o Brasil: 18 anos de UNEGRO*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.
- SANTOS, Augusto Sales (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- SILVA, Gonçalves Beatriz Petronilha; SILVÉRIO, Roberto Valter (orgs.). *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep/Mec, 2003.
- WERTHEIN, Jorge; NOLETO, J. Marlova. *Pobreza e Desigualdade o Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social*. SP. Unesco, 2004.

ANEXOS